



# AH

## ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação  
dos Arqueólogos Portugueses

Volume 69  
2017

---

ENCONTRO  
LISBOA RIBEIRINHA MEDIEVAL E MODERNA  
— DADOS ARQUEOLÓGICOS

---



# O PANTEÃO RÉGIO DA BATALHA: PROPAGANDA, INOVAÇÃO E IDENTIDADE (1415-1515)

---

Pedro Redol<sup>1</sup>, Orlindo Jorge<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha / predol@mbatalha.dgpc.pt

<sup>2</sup> Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha / orlindojorge@gmail.com

## Resumo

A decisão de D. João I e, a seguir, de D. Duarte de acrescentar um mausoléu dinástico ao mosteiro votivo da Batalha enquadra-se na dinâmica dos estaleiros mais inovadores da Península Ibérica do seu tempo. Este artigo investiga as circunstâncias correlacionadas.

**Palavras-chave:** Mosteiro da Batalha, Arquitectura tardogótica, Programa arquitectónico, Arquitectura funerária.

## Abstract

The decision of King João I and subsequently of King Duarte to add a dynastic mausoleum to the votive monastery of Batalha is part of the dynamics of the most innovative building works of the Iberian Peninsula of its time. This article investigates the related circumstances.

**Keywords:** Monastery of Batalha, Late gothic architecture, Architectural programme, Funerary architecture.

## 1. A CAPELA DO FUNDADOR E AS SUAS FONTES ARTÍSTICAS

Não existe consenso em relação à data nem às condições concretas em que D. João I tomou a decisão de se fazer sepultar no Mosteiro da Batalha de um modo inusitado relativamente à tradição da primeira dinastia portuguesa, isto é, mandando construir um edifício autónomo para o efeito. A motivação ideológica para esta iniciativa foi já pormenorizadamente estudada por Saul António Gomes (Gomes, 1991). Mais recentemente, Begoña Farré Torras atribuiu a D. Duarte, com argumentos muito convincentes, a grande responsabilidade do programa tumular e litúrgico da Capela Real, hoje conhecida pelo nome de Capela do Fundador (Farré Torras, 2014). Para todos os efeitos é a este monarca que se deve a encomenda de uma nova capela funerária ao mesmo arquitecto, Huguet, ostensivamente localizada à cabeça da igreja, num chão que o rei teve de adquirir propositadamente para aquele fim (Gomes, 2002, I: 204-205). O projecto para o panteão de D. Duarte, vulgarmente conhecido pelo nome de Capelas Imperfeitas, é, conforme mostrou Catarina Barreira, o resultado de uma construção ideológica sistemática (Barreira, 2014). E dizemos “projecto” porque pouco mais há-de ter sido construído em vida de D. Duarte do que os alicerces daquele edifício, pois o rei viria a morrer inesperadamente, em 1438, ou seja, no ano seguinte ao começo da obra. O estudo conjunto dos edifícios revela-se de grande utilidade, ainda que a história do panteão duartino não se encerre com o projecto de Huguet, o qual será objecto de remodelações sucessivas.

A ideia de uma capela funerária destinada à família de Avis pode ter adquirido os seus primeiros contornos na mente do rei D. João I, mesmo antes da morte prematura da rainha sua mulher em 1415, data marcante por ser também a do início da expansão ultramarina, com a conquista de Ceuta. A 9 de Outubro do ano seguinte, os restos mortais da rainha foram exumados e trazidos com solenidade do mosteiro de Odivelas para a Batalha, onde, pelo que é dado supor, lhes foi dada sepultura em cripta,

seis dias mais tarde, na capela colateral sul, vizinha ao portal do transepto. De facto, na parede do braço sul do transepto da igreja que se opõe a esta capela, existe uma inscrição, já estudada por Saul António Gomes e António Manuel Rebelo (Gomes e Rebelo, 2008), mas pouco conhecida dos investigadores, que, apesar de muito danificada durante a Terceira Invasão Francesa, ainda permite identificá-la como primeiro epitáfio de Filipa de Lencastre, referindo-se a uma cripta. Recentes sondagens geofísicas ao nível do pavimento da capela produziram eventos de alta energia que podem corresponder a uma estrutura soterrada de pedra (Matias et al., 2017: 48-49).

A sepultura fora do presbitério não corresponde aos critérios para sepultura de monarcas estabelecido, em 1426, por D. João I, no seu testamento. Por outro lado, esta informação não coincide nem com as indicações ali dadas pelo rei para ser sepultado junto da mulher na capela-mor ou na sua capela funerária, caso esta se encontrasse terminada, nem com o relato do epitáfio de D. Filipa no ulterior túmulo do casal. Tendo em conta, porém, a cronologia da construção da igreja, é compreensível que o sepultamento não tivesse sido feito na capela-mor pela simples razão de que, em 1416, esta continuava em construção. Segundo a tradição, a capela colateral a par do portal do transepto foi doada por D. João I a D. Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo que, sepultado em Pombal entre os anos de 1418-1420, é mandado trasladar para Tomar pelo infante D. Henrique, em 1435. A razão para esta medida é certamente a sepultura provisória de D. Filipa. Efectivamente, o filho de D. Lopo, D. Diogo Lopes de Sousa, falecido à volta de 1451, bem como os seus descendentes, serão já sepultados nesta capela (Gomes, 2012: 15).

O epitáfio de D. Filipa abre, nas duas primeiras linhas, com uma referência a Henrique IV, seu irmão, falecido havia dois anos, nos termos de “rei florescente de Inglaterra, (de armas ilustríssimas) e de França”, título que tem correspondência nas fontes desta época de plena Guerra dos Cem Anos. Tanto quanto é possível perceber, o texto epigrafado é um poema

de ritmo anapéstico, muito semelhante ao do britânico *limerick*. O seu autor foi com certeza inglês, conforme afirmaram os estudiosos acima referidos.

A questão da presença cultural inglesa na formulação de soluções arquitectónicas e escultóricas nos programas funerários para a Batalha aparece com o próprio testemunho de D. Filipa de Lencastre mas tem uma longa fortuna na historiografia, tanto inglesa como portuguesa. Na segunda metade do século XVIII, afirmam-se as primeiras simpatias de antiquários britânicos pelo mosteiro, das quais havia de resultar o primeiro levantamento sistemático de um edifício gótico na Europa, como meio privilegiado para o estudo das origens desta arquitectura. Associaram-lhe, desde cedo, a hipótese – aliás, nunca comprovada – de o autor das traças da Batalha ser inglês. Logo em 1827, as investigações de Frei Francisco de São Luís mostrariam que o mais antigo mestre de obras documentado era efectivamente português, chamando-se o segundo Huguet (S. Luís, 1827: 11-13), um nome sem dúvida estrangeiro que já deu origem às mais diversas suposições. Pouco mais de um século volvido, Vergílio Correia dava os primeiros passos na arqueologia monumental da Batalha, relacionando o edifício com as poucas fontes escritas, propondo cronologias e associando artistas (Correia, 1929). Mais recentemente, José Custódio Vieira da Silva afirmava que Huguet seguiu “modelos ingleses que, utilizados sobretudo em salas capitulares, se haviam espalhado já um pouco por toda a Europa” (Silva e Redol, 2007: 77). Em salas do capítulo como as das catedrais de Westminster, Wells, York ou Salisbury, datadas da segunda metade do século XIII, o único aspecto comparável ao que se vê na Capela do Fundador é a planta octogonal, aplicável, aliás, apenas ao seu corpo central. Tanto os sistemas de abobadamento como os suportes (entre os quais avulta com frequência um pilar central) são radicalmente diferentes.

A solução escolhida por D. João I para sua sepultura, isto é, um edifício autónomo e de uso reservado à família real, foi inusitada em relação àquelas que se documentam ao longo da primeira dinastia

portuguesa: a galilé, o cruzeiro, o transepto, coros altos e baixos de igrejas monásticas (Silva, 1997: 45-59), além do caso excepcional do deambulatório com capelas radiantes da Sé de Lisboa, cuja cronologia não é pacífica (Guillouët, 2011: 53-59; Villamariz, 2012: 470-480). De facto, a Capela do Fundador recolhe a tradição da galilé, junto à entrada do templo, mas passa a ser dotada de uma espacialidade simbólica muito específica, em que o *simile* geométrico-matemático do mundo terreno, o quadrado-número quatro, se conjuga com o do octógono-número oito, associado à ressurreição dos mortos e elemento de transição para a forma perfeita e una, que é conveniência de si para si própria, identificando-se, por consequência, com Deus – o círculo –, cuja rotação origina a esfera celeste ou orbe (Hartog, 2014), representada por duas vezes, com grande destaque, lembre-se, sob a mão de Deus Pai no portal principal da igreja batalhina. A presença de um imaginário em que paira inevitavelmente o modelo idealizado do Santo Sepulcro não é naturalmente mais do que um eterno retorno da arquitectura funerária do Ocidente, desde os seus primórdios; porém, a Capela do Fundador inaugura, como veremos, uma linhagem de construções da mesma tipologia, na Península Ibérica, até ao início do século XVI, em que são utilizadas soluções construtivas de ponta, nomeadamente no que ao abobadamento respeita. Além de simbolicamente personalizada, ou por essa mesma razão, a Capela do Fundador, dispunha ainda de dispositivos rituais próprios, isto é, de uma capela fisicamente bem definida, através do seu altar e de elementos de apoio, como armários-sacristia, por cada conjunto tumular (Gomes e Redol, 2015).

A análise do edificado mostra que a Capela do Fundador foi levantada ao mesmo tempo que o último conjunto de três tramos ocidentais da igreja, incluindo o portal principal. A nave lateral sul, que partilha os seus muros com a Capela do Fundador, foi construída segundo o estilo do primeiro mestre, Afonso Domingues, certamente não muito após a sua morte em 1406 (Guillouët, 2011: 65-69). A fachada ocidental e o portal seriam concluídos à

volta de 1440, pelo segundo mestre, Huguet, cuja formação em França e ulterior actividade na Coroa de Aragão foram convincentemente defendidas por Jean-Marie Guillouët (Guillouët, 2011: 160-202).

Observando a estereotomia da parede norte e as suas confrontações, é possível concluir que, embora o contraforte mais a nascente da correspondente parede da igreja tenha ficado embebido na nova construção, os dois restantes, construídos até a uma altura entre 2,5 m e 5 m aproximadamente, tiveram de ser desmontados e o muro que receberia o portal de acesso à capela funerária indentedo nos panos de muros preexistentes. O portal é claramente da autoria de Huguet, em todos os seus elementos, embora, conforme assinala Guillouët, os cairéis respectivos, incluindo o arco formado pelos dois do topo, se assemelhem aos do portal do capítulo, de Afonso Domingues, devendo ter sido utilizados os mesmos moldes no seu talhe (Guillouët, 2011: 63)<sup>1</sup>.

O primeiro edifício funerário medieval de planta centrada que se conhece em Portugal é a chamada Capela dos Mestres, do Santuário de Nosso Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal, panteão dos mestres da Ordem de Santiago, cuja construção se encontra datada de aproximadamente 1330. Os alçados interiores e exteriores, bem como as abóbadas, inserem-se na tradição construtiva nacional da sua época, de que, aliás, a primeira fase de edificação da Batalha ainda é parcialmente herdeira.

Todavia a Capela do Fundador é um mausoléu sem precedentes nos reinos ibéricos, embora as fontes da sua abóbada estrelada central se encontrem, sem dúvida, na Coroa de Aragão, nomeadamente nas antigas salas capitulares das catedrais de Valência (depois Capela do Santo Cálice), Pamplona (Capilla Barbazana) e Barcelona (actual Capela de Cristo de Lepanto) (Chicó, 2005: 137; Guillouët, 2011: 193-197). O portal e outras partes da igreja testemunham também um contributo muito subs-

tancial da tradição construtiva do Mediterrâneo Ocidental, já sublinhado por Jean-Marie Guillouët (Guillouët, 2011: 174-197) e Custódio Vieira da Silva (Silva, 1997: 75-82).

O que se pode ver na Batalha não se explica, porém, apenas através daquela tradição. A forma complexa dos pilares de socos rampeados não se encontra, de modo algum, em edifícios catalães, aragoneses ou valencianos deste período ou anterior. Por outro lado, nesses edifícios não se pode experimentar nem a leveza da Capela do Fundador, nem o carácter fluído e luminoso do seu espaço. Tais qualidades apontam para uma fonte mais a norte. Outros aspectos a considerar quanto à formação e prática do arquitecto são a proporção e a forma exterior do edifício cujo coruchéu caiu durante o terramoto de 1755. Dele nos chegou memória através de um registo ulterior de James Murphy. A validade relativa deste registo pode ser calibrada pelo da torre do relógio, igualmente concebida por Huguet e ainda de pé no tempo de Murphy (Murphy, 1795). Assumindo que a Capela do Fundador estava concluída quando para ali foram trasladados os restos mortais de D. João I e D. Filipa, em 1434, verificamos que o coruchéu que rematava a capela é anterior aos das catedrais de Burgos e León, erguidos após 1440. A origem centro-europeia deste tipo de estruturas foi sugerida por Felipe Pereda (Pereda, 2005: 55).

Investigações de Javier Ibañez Fernández revelaram uma significativa renovação arquitectónica na Coroa de Aragão, levada a cabo por artistas borgonheses durante o final da primeira e o início da segunda décadas do século XV (Ibañez Fernández: 2014). O presbitério da Capilla de los Corporales, em Daroca, atribuído a Isambart e à sua companha, testemunha a introdução das primeiríssimas soluções flamejantes na Península Ibérica, reflectindo a obra do cibório de Saint-Seine-l'Abbaye (em Côte d'Or, Borgonha), onde se julga que o arquitecto tenha trabalhado. Em Daroca, as abóbadas miniatu-rais de alguns baldaquinos apresentam uma interessante afinidade com algumas que se vêem em território normando, imitando outras, inglesas, nomeadamente abóbadas de nove chaves como a da

<sup>1</sup> Os mesmos moldes devem ter sido empregues ainda na capela do panteão de D. Duarte que fica imediatamente a sul do grande portal de Mateus Fernandes, distinguindo-se os respectivos cairéis dos das demais capelas, nomeadamente no ápice do arco.

Capela do Fundador. A capela de D. João I foi concebida ao mesmo tempo ou até um pouco antes do que a Capilla de los Corporales, com ela partilhando soluções estruturais e decorativas que reforçam a hipótese, discutida por Jean-Marie Guillouët, de que a primeira formação de Huguet tivesse tido lugar em França.

Aquilo que sobressai efectivamente, neste quadro, é a novidade da solução escolhida pelo rei e a vanguarda estética em que se inscreve. Na mesma linha, o edifício congénere que se lhe segue, na Península Ibérica, é a Capela do Condestável D. Álvaro de Luna, adossada ao deambulatório da Catedral de Toledo, que se começa a construir em 1435, quando se concluía a Capela do Fundador. O projecto deste edifício, construído em escassos cinco anos, é de Hannequin de Bruxelas (Ibañez Fernández, 2014: 26). A Capela do Condestável da Catedral de Burgos, construída entre 1484 e 1494, sob a direcção de Simão de Colónia, culminará este tipo de realizações. Como é sabido, a dimensão e especialização de estaleiros como o da Batalha, Toledo ou Burgos, requeriam as melhores competências disponíveis, num âmbito geográfico relativamente amplo, que obviamente só se podiam obter trabalhando em estaleiros comparáveis. Por esse motivo, conforme alertou já e argumentou, uma vez mais, Jean-Marie Guillouët, para se compreender a presença de soluções projectuais e construtivas singulares em localizações bastante díspares não se pode perder de vista a grande mobilidade de artistas (Guillouët, 2011: 202-217).

## **2. O DISPOSITIVO FUNERÁRIO – PROGRAMA E IDEOLOGIA**

D. Duarte, sucessor de D. João I, cujo nome, aliás, constitui uma homenagem ao avô, Eduardo III de Inglaterra, é associado ao governo de seu pai pela mesma altura em que a Capela do Fundador é iniciada. Que papel possa ter tido na programação do panteão dinástico de Avis, nesse período, não conseguimos apurar. No entanto, já como monarca é muito clara a sua intervenção: não contradi-

zando as disposições testamentárias paternas, mas especializando-as, como mostrou Begoña Farré Torres, limita o sepultamento na Capela do Fundador aos membros daquela que Camões viria a chamar a Ínclita Geração, conservando a colocação central do túmulo dos progenitores mas reservando os arcossólios da parede sul, em segundo plano relativamente a quem entra na capela, para os infantes e esposas respectivas que a fortuna da vida não levou a sepultar noutros lugares. As restantes edículas, em vez de arcos tumulares, receberam, na parede nascente, as capelas correspondentes aos túmulos já referidos, com seus altares e retábulos, e, na parede poente, armários que se destinavam a guardar a alfaia litúrgica preciosa com que as capelas haviam de ser sucessivamente dotadas (Sousa, 1977, I: 642)). Os altares dos infantes apareciam também em segundo plano em relação ao dos pais, instalado, entre dois pilares, aos pés do respectivo túmulo. Além disso, o pavimento do octógono central era sobreelevado em relação ao piso periférico.

Da autoria de D. Duarte são, com toda a probabilidade, dois dos mais longos textos epigrafados conhecidos em sepulturas medievais, que, ao lado de cada um dos seus progenitores, tomam corajosamente o lugar da escultura sob a forma de panegíricos que lembram o apoio divino reservado, em vida, a D. João I e as qualidades propriamente divinas de D. Filipa. A inacessibilidade visual deliberada das efígies, vislumbráveis apenas por quem oficiava no altar com alguns degraus que lhes era fronteiro, é reforçada pela inacessibilidade erudita do texto latino, cuja crítica filológica está ainda por fazer.

Pela obra escrita de D. Duarte, tanto como pela sua vida, perpassa a devota herança cultural materna que torna difícil saber quem foi o autor da ideia do túmulo: o rei ou elementos ingleses da corte de D. Filipa? Desenvolveremos este assunto mais adiante. Para já, retomemos aquilo que é o programa, esse sim inequivocamente duartino, por possuir contraprova documental, na medida em que contradiz as determinações testamentárias do infante D. Fernando em relação não à localização mas às características da sua sepultura na Capela do Funda-

dor. O testamento é lavrado numa data chave, 1437, aquela em que D. Duarte empreende a construção da sua própria capela funerária, de que falaremos mais adiante (Gomes, 2002, I: 209-212). Unidos na relação com o muro e uniformizados, sem precedentes, na aparência despojada, os túmulos dos irmãos não contarão com jacentes, nem inscrições: apenas os motes e as armas dos infantes e respectivas mulheres permitem identificar os tumulados. A excepção é o túmulo do infante D. Henrique que, após a morte de D. Duarte, rompeu o programa. Como demonstrou Begoña Farré Torras, as soluções ditadas pelo monarca quiseram vincar as virtudes de obediência, lealdade e amor fraternal, sem protagonismos maiores do que os da empresa comum (Farré Torras, 2014: 83). Nesta obra, o rei continua a ser o grande ideólogo da dinastia de Avis que se reconhece nos seus escritos, em que se incluem o *Leal Conselheiro* e o *Livro dos Conselhos*, e nas obras que encomendou a terceiros para boa memória e costumes – a *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes e o *Memoriale Virtutum*, de Alonso de Cartagena (Farré Torras, 2014a: 78).

O programa para o monumento de D. João I e D. Filipa de Lencastre leva-nos mais longe, conforme revelou, por seu lado, Jessica Barker. Primeiro túmulo de casal em Portugal, mostra, através do gesto sacramental-chave que é a união das mãos direitas dos esposos que, também aqui, usando as palavras desta investigadora, “o casamento tinha-se tornado parte da retórica e das atribuições da monarquia” (Barker, 2015: 147). Esse gesto não é comum em túmulos não ingleses, estando patente, como exemplo conservado mais antigo, no de Ricardo II e Ana da Boémia, na abadia de Westminster. A esta encomenda seguiu-se a do monumento de Henrique IV e Joana de Navarra, na catedral de Cantuária. Ambos os reis, que se sucederam, eram parentes de Filipa de Lencastre, respectivamente, primo e irmão. Filipa de Lencastre conheceu o túmulo, que não chegou aos dias de hoje, dos pais, João de Gaunt e Branca de Castela, em que as imagens dos esposos se uniam pela dextra. Vários aspectos que não cabe aqui desenvolver sugerem que, embora por via indi-

recta, os túmulos de Ricardo II e Henrique IV, estiveram na mente de quem concebeu o dos monarcas portugueses (Barker, 2015: 107-132). O programa para este monumento, esculpido pela segunda oficina do portal principal da Batalha, é certamente o resultado da concertação de intenções entre D. Filipa, D. João I e D. Duarte.

Um aspecto comum ao referido grupo anglo-português de monumentos, que merece destaque, é a representação da Assunção de Nossa Senhora ou de narrativas que estão directamente associadas. Este tema foi, como se sabe, muito caro a D. João I, pois é parte recorrente da narrativa mítica da sua vida terrena: a batalha de Aljubarrota deu-se na véspera da festa correspondente e o passamento do monarca teve lugar no mesmo dia, quarenta anos mais tarde. As pinturas representando a Assunção da Virgem que aparecem nos dosséis dos túmulos de Ricardo II e Henrique IV dão lugar, na Batalha, à cena correlata da Coroação de Nossa Senhora, abaixo das armas de D. João I e de D. Filipa, na fachada principal da igreja. Lembramos que este projecto é contemporâneo do programa funerário da Capela do Fundador. Da época de D. João III, guardam-se dois quadros no Museu Nacional de Arte Antiga que pertenceram a um retábulo da Assunção que, em meados do século XVII, estava na capela-mor, certamente a par do túmulo de D. Duarte e D. Leonor<sup>2</sup>, que, nas efígies, imitou, ainda que com menor felicidade por parte do escultor, o de D. João I e D. Filipa. Tal como aconteceu com vários outros retábulos no mosteiro, é possível que este tenha vindo substituir algum outro anterior, da mesma invocação. Sintomaticamente, em 1823, o que restava do referido retábulo fora dividido entre o altar dos reis, na Capela do Fundador, e um dos dos infantes (Lameira, 2017: 53).

A cor desempenhou, no mausoléu de D. João I, um papel hoje difícil de imaginar, que ultrapassava largamente as pinturas retabulares e os paramentos, ou os tecidos ricos com que se cobriam as sepulturas nos aniversários dos falecimentos, estendendo-

<sup>2</sup> *Trânsito da Virgem*, MNAA 63 Pint; *S. Tomás*, MNAA 68 Pint.

-se a elementos heráldicos e decorativos, tanto dos túmulos como do edifício, e, por fim, mas não menos importante, aos vitrais que, quando o dispositivo funerário geral ficou concluído, à volta de 1440, tal como a obra da igreja, puderam ser instalados pelos seguidores de Luís Alemão, oriundos da França e veiculadores de uma maneira de pintar com a luz afim da da janela dos Grundherren, da igreja de S. Sebaldo, ou da janela dos Paumgärtner, da igreja de S. Lourenço, ambos os edifícios em Nuremberga (Hess: 2000). Desse extraordinário recurso apenas nos chegaram fragmentos: heráldica dos sepultados, anjos segurando filacteras e pedaços de um *Juízo Final*.

Igualmente difícil de conceber é a intensa e aparatosa actividade litúrgica que se desenrolou naquele espaço, em articulação com a igreja, sob a forma de procissões, responsos, missas quotidianas, trinitários e saimentos. A título meramente exemplificativo, digamos apenas que a comunidade de Pregadores tinha como encargo diário celebrar missa em simultâneo, antes de matinas, no altar régio e no de cada um dos infantes, sendo a primeira cantada (Sousa, 1977: 655). Em finais do século XV, atinge-se uma tal complexidade de encargos com as capelas funerárias do mosteiro da Batalha que o rei D. Manuel se vê obrigado a regulamentar e prover adequadamente ao respectivo funcionamento, através de um longo e pormenorizado diploma (Gomes, 2002, II: 483-487).

### **3. O MAUSOLÉU DE D. DUARTE E A SUA FORTUNA IMPERFEITA**

#### **3.1. Estado da questão**

O contributo mais significativo para o estudo formal e construtivo das Capelas Imperfeitas, anterior a esta investigação, deveu-se a Ralf Gottschlich, que descreve a fortuna crítica do edifício quanto à data do projecto e ao início da construção (definitivamente, a partir de 1437), analisa e discute a sequência construtiva do mesmo, incluindo o átrio de ligação à igreja, com base no escrutínio cerrado da arquitectura (Gottschlich, 2012: 243-285).

Lembrando que foi Walter Crum Watson quem primeiramente defendeu, em 1908, dever a ligação à igreja vir a fazer-se através da demolição das absides das colaterais adjacentes à capela-mor, Gottschlich defende com vários argumentos que o átrio correspondente estava projectado desde início, a saber: a ligação sem emendas das paredes norte e sul às capelas radiantes, as bases e feixes dos pilares e as bases das edículas. Acrescenta que a ligação através das capelas colaterais podia ser reforçada por portais idênticos ao que, na igreja, dá acesso à Capela do Fundador e que certamente terá sido um portal deste tipo que existiu no lugar daquele que depois Mateus Fernandes construiu. Simultaneamente demonstra, pela mudança de feixes de pilar contínuos para feixes entrelaçados – a menor altura nos muros norte e sul do que na fachada do grande portal –, que este terá sido concluído no âmbito do primeiro projecto, a atribuir a Huguet pela modinatura dos elementos arquitectónicos. Relativamente às edículas dos muros norte e sul, acrescenta que “os capitéis e as arquivoltas são, ao invés, elementos da segunda fase” (Gottschlich, 2012: 275) (isto é, de Mateus Fernandes). No que se refere ao conjunto das capelas radiantes, considera que, na época de Huguet e do seu seguidor Martim Vasques, o edifício estaria acabado provavelmente apenas até à altura das estruturas em forma de cunha que medeiam entre as mesmas e que esta fase de construção teria durado cerca de dois anos. Postula, por fim, que a abóbada do octógono deveria arrancar pouco acima dos arcos das capelas radiantes e assemelhar-se a sistemas de cobertura como o da sala do capítulo.

No que diz respeito ao impacto da vontade régia na prossecução e no ritmo da construção, bem como às mudanças que a programação arquitectónica das Capelas Imperfeitas sofreu, o estudo de Gottschlich enferma do conhecimento deficiente da documentação escrita, chegando a apoiar-se no testamento de D. Duarte (citando Albrecht Haupt) de cuja existência não se tem conhecimento. Quanto a D. Afonso V, afirma que, “durante o seu reinado parece, no entanto, não ser o avanço do edifício digno de nota” (Gottschlich, 2012: 282), não consideran-

do, porém, o conteúdo fundamental do respectivo testamento. Este défice resulta claramente do desconhecimento da língua portuguesa, tanto quanto o desconhecimento do contributo de Gottschlich se tem devido ao geral desconhecimento da língua alemã por parte dos historiadores de arte nacionais.

Em 2007, Nuno Senos volta ao tema do átrio e da sua ligação primeva à igreja, ainda que colateralmente, uma vez que o foco da sua investigação é a obra de João de Castilho e de Miguel de Arruda:

“O projecto funerário de D. Duarte estava ainda incompleto quando o monarca e o seu arquitecto morreram, ambos no ano da graça de 1438. As paredes tinham subido até ao arranque das abóbadas dos absidiolos e, embora seja indubitável (como adiante se verá) que uma ligação entre a capela e a igreja propriamente dita tenha estado prevista desde o início, tal ligação não estava, ao que tudo indica, sequer iniciada. A capela oitavada permaneceu assim, incompleta, durante os reinados seguintes, de D. Afonso V (r. 1438-1481) e D. João II (r. 1481-1495)” (Senos, 2001: 15).

Também na dissertação de doutoramento apresentada por Catarina Fernandes Barreira à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, em 2010, e num artigo que a autora dedicou às gárgulas das Capelas Imperfeitas, em 2014, são abordadas as campanhas de obras deste edifício, com o fim de afinar a cronologia do objecto principal de estudo, explorando a documentação escrita e cruzando-a com as circunstâncias que, a par e passo, condicionaram o estaleiro de uma forma original. Daqui decorrem significativas hipóteses de reprogramação da afectação pessoal das várias capelas e do espaço central ao uso sepulcral, a grande motivação, afinal de contas, para a conclusão da obra (Barreira, 2014).

Desta forma, Catarina Barreira propõe que a traça e a abertura dos caboucos sejam datados de meados de 1437, tendo em conta o documento desse ano que refere a aquisição de terreno para a construção do edifício. O octógono seria ocupado pelo casal régio – D. Duarte e sua mulher –, ao passo que as sete capelas albergariam os respectivos sete filhos, ficando excluído o primogénito, futuro D. Afonso V.

Em 1438, “uma pequena parte das paredes já estaria levantada”, tendo o octógono sido “erigido no prolongamento do eixo longitudinal da igreja, o que nos leva a crer que estaria previsto, desde a aquisição do dito chão fronteiro à capela-mor da igreja, a sua ligação à cabeceira da mesma” (Barreira, 2014: 188).

À morte de Huguet e durante a regência de D. Pedro, a obra terá prosseguido sem interrupções sob a direcção de Martim Vasques, até ao próprio falecimento deste, dez anos mais tarde, a que se segue o conflito de Alfarrobeira, com consequências na mobilização de vários efectivos do estaleiro para a hoste de D. Pedro e na sua ulterior penalização, não certamente sem consequências de zimpasse. Entre Agosto de 1449 e 1451, D. Afonso V visita o Mosteiro da Batalha por várias vezes e concede cartas de perdão a diversos oficiais das suas obras, cabendo a direcção das mesmas a Fernão de Évora, desde a morte de seu tio Martim Vasques. Durante a direcção deste mestre, que termina em 1477, ter-se-iam levantado as paredes até à altura das abóbadas das capelas radiantes, permanecendo por construir a abóbada do átrio e a ligação à igreja. No seu testamento, o rei refere-se ao panteão como lugar definitivo de sepultura e ao capítulo como lugar provisório. Conforme tinham já admitido outros autores, o reinado de D. João II não terá conhecido obra de pedraria, o que se viria a reflectir num primeiro grande impasse na edificação do panteão. Aliás, desde 1477 até 1490, o estaleiro foi conduzido por mestres vidreiros, período em que terá sido dada prioridade à produção e colocação de vitrais nos edifícios já maioritariamente concluídos.

Catarina Barreira faz ainda notar que à subida ao trono de D. Manuel, em 1495, corresponde, na documentação e até 1499, um incremento considerável da obra com a confirmação dos privilégios dos respectivos oficiais. A autora nega uma cronologia anterior àquela data para a capela cujas chaves de abóbada exibem a heráldica de D. João II e sua mulher, argumentando com o desinteresse patente no testamento deste monarca em relação a um lugar específico de sepultura, bem como com o tempo que D. Manuel levou a efectivar a trasladação dos

seus restos mortais. É proposta, por fim, uma reprogramação dos lugares de sepultura, passando a caber a D. Manuel o lugar central e sendo D. Duarte deslocado para a capela diametralmente oposta ao portal, conforme provam as suas armas nos fechos da abóbada correspondente.

### 3.2. Arqueologia da construção

#### 3.2.1. O vestíbulo

As hipóteses de Ralf Gottschlich, Nuno Senos e Catarina Barreira quanto à sequência construtiva das Capelas Imperfeitas e do seu átrio serão aqui revistas com base numa análise mais fina do edificado.

Nas duas edículas do átrio, certamente destinadas a túmulos<sup>3</sup>, os capitéis são todos, à primeira vista, manuelinos. De facto, os ábacos com intersecções de volumes côncavos e convexos são típicos desta época. Porém, no aspecto do cesto e do cola-

rete, o capitel poente da edícula norte distingue-se de todos os restantes: a folhagem, túrgida, está disposta helicoidalmente e o colarete é notoriamente mais desenvolvido. Nos restantes três capitéis, a folhagem disposta na vertical e o colarete fino obedecem ao modelo flamejante consagrado na Batalha. A comparação destes capitéis com os das edículas das capelas radiantes permitiu verificar que a sua altura é idêntica, excepto no que respeita ao ábaco, mais baixo e também reentrante. Uma observação mais atenta revelou vestígios de formas rectilíneas no topo do cesto e na parte de baixo do toro côncavo do ábaco, acusando a subtracção de pedra para o adaptar a um novo gosto. O perfil da construção realizada nas paredes norte e sul do átrio, durante o primeiro período, tendo em conta esta observação e as características dos pilares já assinaladas por Gottschlich, é, por consequência aquele se apresenta na Fig. 1.



1A



1B

Figura 1A e 1B – Parede norte, e sul, do átrio. Linha divisória entre construção flamejante e a manuelina.

<sup>3</sup> Esta suposição baseia-se na relação que se verifica entre as edículas tumulares, os nichos de apoio à celebração litúrgica e o espaço destinado a altares e retábulos, nas capelas radiantes do panteão de D. Duarte, devendo situar-se os altares, no caso das edículas do átrio, nas paredes a nascente, em relação visual com as naves laterais da igreja como se de uma projecção dos altares das colaterais se tratasse. Naturalmente esta interpretação põe em causa a ideia de Catarina Barreira, já referida, quanto ao programa funerário de D. Duarte.

Verifica-se ainda, de acordo com aquele autor, que a parede em que se rasga o portal foi levada praticamente até ao ápice, conforme mostra o pilar norte, o qual pertence inteiramente à primeira época, tendo apenas o pilar sul sido acabado em feixe entrelaçado. O número de colunelos – quatro por pilar – permitia uma abóbada idêntica à do deambulatório da Capela do Fundador que se acomoda a uma geometria similar, podendo prever-se janelões congêneres dos do corpo exterior deste edifício.

No topo interior da edícula sul, encontra-se gravada, em caracteres góticos, “p(er)fectum fuit anno d(omi)ni mb<sup>c</sup>ix”<sup>4</sup>. Segundo o Cardeal Saraiva, a inscrição repete-se na edícula oposta, em caracteres romanos (S. Luís, 1827: 32), tendo sido tapada pela estrutura de madeira da porta que ali se instalou durante os restauros da segunda metade do século XIX, para onde terá sido transposta em pintura. A inscrição a que temos acesso permite constatar que a edícula foi concluída em 1509. Nuno Senos atribui os janelões que se rasgam acima destas edículas a João de Castilho, como solução de compromisso encontrada pelo arquitecto entre a linguagem tardogótica e a de um embrionário classicismo (Senos, 2001: 20, 25), defendendo que o desalinhamento dos janelões em relação às edículas se ficou a dever à configuração da abóbada cuja construção Castilho, sem dúvida, levou a cabo.

Independentemente do facto de edículas do mesmo tipo, na Capela do Fundador, onde não se observam soluções de continuidade projectual e construtiva, não obedecerem a qualquer tipo de alinhamento com as aberturas que as sobrepõem, é necessário admitir que a localização das janelas seria sempre condicionada por um sistema de cobertura reforçado nos cantos NE e SE, conforme requererem as cargas impostas pelos arcobotantes cuja construção se tornou imprescindível em face da perspectiva de abrir as colaterais. Assim, julgamos poder presumir que a localização dos janelões fizese

se já parte do primeiro projecto.

Mateus Fernandes morre em 1515, concluindo certamente os pilares do átrio, isto é, elevando as suas paredes até à altura máxima, à volta de 1509-1510, anos em que se regista um número mais elevado de pagamentos no estaleiro da Batalha, conforme notou já Catarina Barreira (Barreira, 2014: 197). Neste contexto, seriam de atribuir à sua traça os janelões, cujas bandeiras apresentam motivos afins das do Claustro Real, não fosse o desenho inusitado do topo dos mesmos, resultante da intersecção de segmentos de recta. Encontramos maior afinidade aqui com obra atribuída a Boytac, por exemplo, em algumas janelas da nave de Santa Cruz de Coimbra. Da presença deste mestre nas obras da Batalha não se conhece actualmente qualquer documento. No entanto, o Cardeal Saraiva assinala o seu nome em documentos de 1509, 1512, 1514 e 1519, que pôde ainda ler no cartório conventual (S. Luís, 1827: 19). Por outro lado, sabemos que Boytac residiu na Batalha, onde tinha propriedade, tendo sido genro de Mateus Fernandes e seu par na avaliação de obras importantes. A própria solução de trompas nos cantos NE e SE da abóbada do átrio é conhecida da obra atribuída a este arquitecto (v.g. capela-mor igreja do Convento de Jesus de Setúbal), tendo podido por ele ser antecipada. Em todo o caso, a obra dos janelões não se pode inscrever no que da abundante obra de João de Castilho conhecemos.

### 3.2.2. A rotunda e as suas capelas

Passamos à análise do octógono e das suas capelas. Para maior facilidade de exposição, numeramos estas de 1 a 7, em sentido horário, começando na capela adjacente ao grande portal, a nordeste (Fig. 2).

O talhe de aduelas de aberturas da primeira época de construção das Capelas Imperfeitas, isto é, do período flamejante, no Mosteiro da Batalha sobe, com frequência, acima da moldura do arco respectivo, acompanhando-o. Este tipo de solução desaparece na época manuelina. Uma tal ocorrência e a tipologia dos capitéis permitem distinguir com bastante rigor onde acaba a obra de uma época e começa a de outra (Fig. 3).

<sup>4</sup> A crítica paleográfica desta inscrição e a comprovação da respectiva autenticidade deve-se ao Doutor Saul António Gomes, a quem aqui deixamos o nosso sincero agradecimento.

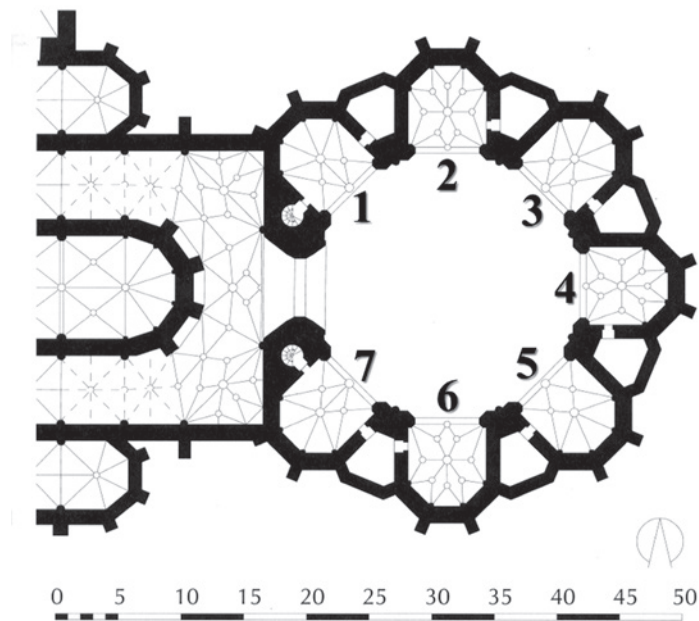


Figura 2 – Planta das Capelas Imperfeitas e da sua ligação à igreja.

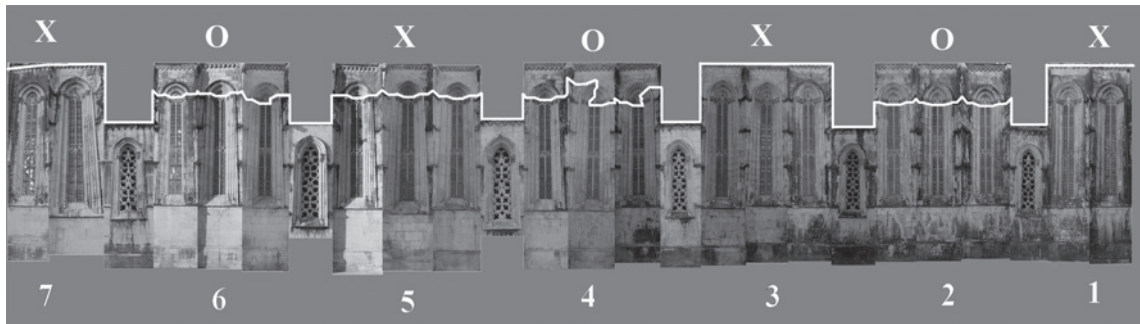


Figura 3 – Alçado exterior planificado das Capelas Imperfeitas, mostrando a linha divisória entre a construção flamejante (até 1477) e a manuelina. X – tipo de abóbada mais antigo; O – tipo de abóbada mais recente.

A capela n.º 7 apresenta, exteriormente, a tipologia de juntas e capitéis, bem como uma cornija – cuja originalidade é atestada por uma fotografia publicada em 1868 (Thompson, 1868: fotografia n.º 20), portanto anterior ao restauro – da primeira época. No interior, todos os elementos são do mesmo período, não existindo o friso manuelino que, em outras capelas, bordeja o encosto da abóbada aos muros. A abóbada é do mesmo tipo da capela-mor da igreja, embora as nervuras não sejam de secção triangular. Os seus perfis regressam à tipologia da fase radiante da Batalha. Nas chaves

vêem-se armas reais idênticas às de algumas chaves do Claustro de D. Afonso V, anteriores à reforma de D. João II. Assim, é possível datar a capela n.º 7 do período que vai de 1437 a 1477<sup>5</sup>, ou seja, até ao final do reinado de D. Afonso V, sendo a abóbada mais próxima desta última data.

<sup>5</sup> A reforma heráldica de D. João II data de 1485, mas, como se viu, em 1477, o estaleiro da Batalha já era dirigido por um mestre vidreiro, depreendendo-se que a obra de pedraria estaria parada.

A capela n.º 1 repete o que se disse em relação à n.º 7, com a diferença de que as chaves com esfera armilar, cruz de Cristo e vegetação exuberante datam a conclusão da abóbada da época manuelina. A sua construção teria sido iniciada provavelmente já no período anterior, uma vez que não existe qualquer decoração no encosto das abóbadas com os muros.

Em situação análoga encontra-se a capela n.º 3, em cuja abóbada um conjunto de chaves manuelinas gravita em torno do escudo real anterior à reforma heráldica de D. João II, com vestígios de policromia, cujas flores-de-lis foram cortadas.

De todas as capelas referenciadas com número ímpar, aquela que devia estar mais atrasada no primeiro período construtivo era a n.º 5: todos os capitéis, tanto exteriores como interiores, são flamejantes, mas as juntas dos arcos são cingidas às aduelas, isto é, da segunda fase. Repete-se a tipologia de construção da abóbada, apesar de a mesma ser excepcionalmente exuberante com as suas chaves pendentes exibindo o escudo real, o pelicano de D. João II e o camaroeiro de D. Leonor.

A construção das capelas que referenciamos com número par seguiu na retaguarda de todas as restantes. A n.º 6 seria a mais avançada no final da primeira época. No exterior, os capitéis das janelas central e poente são inteiramente flamejantes, possuindo a janela nascente um capitel de cada época e apresentando um elemento anelar manuelino na moldura exterior, do lado do capitel do mesmo período, de tipologia idêntica ao que se observa nas edículas do átrio. Os arcos são todos do segundo período, mantendo o modelo flamejante, com exceção do arco interno, dentro do edifício, que de ogiva passa sintomaticamente a arco de volta perfeita. A cornija exterior cria uma alternativa enriquecida ao modelo da primeira fase utilizado nas capelas de número ímpar.

A grande novidade nas capelas de que agora nos ocupamos é o sistema de abobadamento: desaparece a cruzaria de ogivas, dando lugar a arranques duplos, nervuras e chaves secundárias. Este tipo de abóbada surge provavelmente pela primei-

ra vez, em Portugal, na capela que designámos com o n.º 6, sendo de cronologia próxima da da capela-mor da igreja de Nossa Senhora do Pópulo, atribuível igualmente a Mateus Fernandes (Silva, 2006). Extraordinária, no contexto ibérico, é a chave central pendente que com as da capela anteriormente descrita e com a nova tipologia construtiva levanta a questão da origem da formação do arquitecto (Silva, s.d.). Voltaremos a este assunto na conclusão do artigo. As chaves periféricas mostram a esfera armilar, a cruz de Cristo e o ramo de boninas, divisa de D. Maria, segunda mulher de D. Manuel.

Na capela referenciada com o número 4, os capitéis exteriores são das duas épocas nas três janelas, com a particularidade de os ábacos flamejantes terem sido adaptados ao gosto manuelino. As chaves da abóbada representam, além das omnipresentes esfera armilar e cruz de Cristo, as divisas de D. Duarte e D. Leonor de Aragão.

A capela n.º 2 era a mais atrasada antes da primeira interrupção das obras. Todos os capitéis são já manuelinos, sendo a única que, na moldura externa de todas as janelas exteriores, apresenta o elemento anelar visto nas edículas do átrio.

#### **4. DE HUGUET A MATEUS FERNANDES – A BATALHA NA EUROPA DO SEU TEMPO**

No momento em que D. Duarte circunscreveu o sepultamento, na Capela do Fundador, a pais e irmãos, tinha decerto em mente o desenho de uma capela funerária para si próprio e para os seus descendentes. Implantou-o, como se viu anteriormente, à cabeça da igreja, levando avante a afirmação de poder iniciada já por D. Gil Albornoz, cerca de setenta e cinco anos antes, ao construir uma capela octogonal alinhada com o presbitério junto ao deambulatório da catedral de Toledo. É claro que já existia uma tradição mais antiga, na Península Ibérica, de capelas funerárias em presbitérios e deambulatórios de igrejas, na qual se inscreve a catedral de Lisboa. O seu deambulatório constitui também o mais importante antecedente da primeira campanha de obras da Batalha, tendo servido parcialmen-

te os propósitos de um panteão da primeira dinastia portuguesa.

Apesar da morte do rei, a que, ainda em 1438, se seguiu a do arquitecto, data em que dificilmente a obra poderia ter subido muito acima dos alicerces, a edificação prosseguiu sem interrupções assinaláveis até cerca de 1477. Na traça de Huguet e tendo em conta a tipologia dos pilares que se vêem a cada ângulo, o octógono central deveria ser fechado por uma abóbada de nove chaves, em forma de estrela, assente numa torre lanterna com arcobotantes, isto é, empregando uma solução idêntica à da Capela do Fundador. As capelas radiantes seriam cobertas com abóbadas de berço quebrado, de nervuras cruzadas em cada pano,

idênticas às que Huguet construía na capela-mor. A composição exterior das Capelas Imperfeitas é extremamente interessante. Tal como sucedera na igreja e no claustro adjacente, que Huguet teve que terminar, a inovação e o absoluto respeito pela tradição do anterior estaleiro andam de mãos dadas, resultando numa fusão única. Já existia um importante antecedente para este tipo de composição em território português: o deambulatório da sé de Lisboa. O arquitecto reutilizou literalmente os alçados das capelas colaterais da igreja, de Afonso Domingues – que se julga ter trabalhado no deambulatório da sé de Lisboa –, interpondo corpos mais baixos de plano trapezoidal que deveriam funcionar como sacristias.



Figura 4 – Baldaquino que cobre Cristo em Majestade entre os evangelistas no tímpano do portal principal da igreja.

O primeiro programa arquitectónico e a traça correspondente das Capelas Imperfeitas datam de cerca de 1437, ano em que o rei D. Duarte adquire terreno para a construção. Por conseguinte, foi pensado três anos após a conclusão do mausoléu do pai e outros três antes da conclusão da fachada

ocidental da igreja. Um elaborado baldaquino, que cobre Cristo em Majestade entre os evangelistas no tímpano do portal principal (Fig. 4), suscita algumas hipóteses em relação à traça do panteão da dinastia de Avis como um todo dinâmico. Como é sabido, nesta época, a arquitectura miniatural tanto repro-

duz obras do seu tempo como antecipa outras. O baldaquino referido mostra as abóbadas de uma capela-mor cujo presbitério é coberto por uma abóbada em forma de estrela adaptada do modelo da Capela do Fundador. Comunica, por seu turno, com um deambulatório de onde irradiam cinco capelas claramente unidas por corpos triangulares que se parecem com o que, pela primeira vez, se encontra, à escala monumental, nas Capelas Imperfeitas. Este dado é deveras sugestivo porque o baldaquino surge como um momento de pensamento entre a solução já praticada no deambulatório de Lisboa e a solução final das Capelas Imperfeitas, integrando esse elemento significativo que é a abóbada em forma de estrela. Seguindo este raciocínio, o mausoléu de D. Duarte pode ter sido pensado como um edifício mais tradicional, isto é, um deambulatório com capelas radiantes, acabando por se materializar como resultado de uma ambiciosa reformulação.

Felipe Pereda sugeriu que as relações de paz entre Portugal e Castela que favoreceram o casamento de D. Duarte com Leonor de Aragão, com o apoio de D. Álvaro de Luna, Condestável de Castela, em 1428, podem ter desempenhado algum papel na traça das Capelas Imperfeitas (Pereda, 2005: 58). De facto, em 1430 demoliam-se três capelas do deambulatório da catedral de Toledo e comprava-se terreno para a construção da capela funerária octogonal de D. Álvaro de Luna, começada apenas em 1435 e mais recentemente atribuída a Pedro Jalopa e Hanequin de Bruxelas (Ibañez Fernández, 2014: 26).

A análise e a cronologia dos edifícios da Batalha mostram que Huguet pertencia a uma geração anterior à de Pedro Jalopa (que era, de facto, a de Isambart), uma vez que está documentado aqui a partir de 1401. Pode ter trabalhado como mestre secundário sob as ordens de Afonso Domingues até 1406, sendo certamente esta a razão para um casamento tão invulgar entre recursos arquitectónicos diversos, que vai mais além da justaposição harmoniosa de edifícios, incorporando ideias mais antigas em soluções completamente originais. Neste quadro, é possível que a Capela do Fundador tenha tido alguma influência no mausoléu de D. Álvaro de

Luna, uma vez que a primeira se concluíra enquanto a segunda começava.

Escassos anos após a suspensão dos trabalhos naquele que D. Duarte quis para seu mausoléu, mais precisamente 1480, encontramos um diploma que se refere a Mateus Fernandes como mestre das obras do Mosteiro da Batalha. Diz respeito justamente à dispensa do ofício, por D. Afonso V, que em seu lugar nomeia João Rodrigues, explicitando que este o serviria melhor (Gomes, 2002, II: 80-81). Desconhecemos completamente as razões desta decisão mas temos que admitir que, por esta altura, Mateus Fernandes atingira já o estatuto técnico mais elevado no estaleiro da Batalha.

As fontes escritas e a análise do edificado permitem concluir pela estagnação da construção durante o reinado de D. João II, que não parece ter nutrido particular entusiasmo pela obra dinástica da Batalha, como aliás transparece no seu testamento, em que sumariamente determina que a sua sepultura “seja em o Mosteiro de Santa Maria da Vitória no lugar e per a maneira que mais conveniente parecer a meu testamenteiro” (Gomes, 2002, II: 402).

É mais do que provável que Mateus Fernandes tivesse feito a sua aprendizagem no estaleiro da Batalha, o maior do seu tempo em Portugal e um dos maiores da Península Ibérica, sob a direcção de Fernão de Évora, em edifícios como o claustro de D. Afonso V ou o panteão de D. Duarte. Na abóbada de uma das capelas deste panteão, a heráldica encarrega-se de datar a construção justamente do reinado de D. Afonso V, provavelmente até à data da sua abdicação em 1477.

Sabemos que Mateus Fernandes se encontrava já reintegrado na Batalha em 1491, através de diploma em que o rei lhe concede um rendimento fixo anual (Gomes, 2002; II: 391). Depois desta data, já no reinado de D. Manuel I, a documentação mostra o protagonismo que o mestre assume na construção de estradas e pontes para a novel vila da Batalha, na fiscalização de outras especialidades como o vitral, na inspecção de edificações militares como os castelos de Almeida, Castelo Rodrigo e Salvaterra, e na inspecção e reparação de edifícios civis

em Coimbra. A par dos Arrudas, Mateus Fernandes pertence a uma primeira geração de arquitectos régios com alargada responsabilidade territorial, em que avultam as praças-fortes, circunstância que, conforme veremos, não será de somenos para as características que a sua obra há-de assumir.

Todas estas circunstâncias parecem conjugar-se com a vontade de D. Manuel, em que pouco se tem insistido, de reformar a Batalha. Por documento de 1508, ficamos a saber do desejo do monarca em que a reforma decretada no Capítulo Geral da Ordem dos Pregadores em Roma, em 1501, se efectivasse, o que, na verdade, nunca chegou a acontecer (Gomes, 2002, III: 132). A mais significativa de todas foi a compartimentação da extremidade nascente da chamada Adega dos Frades para aí se instalar uma casa capitular. Temos que lembrar, neste ponto, que, por determinação testamentária, D. Afonso V foi sepultado, em 1481, na casa do capítulo já existente, ficando a trasladação dos seus restos mortais a aguardar a conclusão do panteão hoje conhecido pelo nome de Capelas Imperfeitas. É provável que a primeira casa capitular da Batalha, cuja abóbada foi concluída no tempo do mesmo monarca, como mostram as suas armas e as da rainha D. Isabel, distribuídas pelas chaves secundárias, nunca tenha servido para as reuniões a que se destinava. Cedo se transformou, pois, num outro panteão, assim permanecendo até 1901, data em que os restos mortais ali depositados foram trasladados para novos túmulos na Capela do Fundador. A construção da abóbada referida deve ter feito parte da formação de Mateus Fernandes que, na altura, ocuparia um lugar subalterno na hierarquia do estaleiro.

Dos anos em torno de 1501 datará não apenas a obra da casa capitular nova mas ainda a das bandeiras dos janelões do claustro e a do lavabo do refeitório com o seu pavilhão que representa uma importante actualização estética dos espaços nobres do convento. Na verdade, tanto a nova molduração policêntrica de bases e capitéis como a escultura que anima todas as superfícies arquitectónicas é, nestas obras, um facto inédito em Portugal. Naturalmente essas soluções, dotadas de uma originalida-

de relativa que delas faz o ponto de partida para uma arquitectura reconhecível como portuguesa, não apareceram do nada. Ocupar-nos-emos deste aspecto mais adiante, quando tivermos apreciado toda a obra de Mateus Fernandes na Batalha.

Contrariamente ao que sucedeu noutras encomendas de D. Manuel, das quais a mais saliente é o Mosteiro de Santa Maria de Belém, em Lisboa, a tarefa projectual reservada ao mestre de obras da Batalha revestiu-se da particularidade de ter que requalificar edifícios preexistentes e terminar outros. Pensamos que esta circunstância, juntamente com o facto de, à morte de Mateus Fernandes, em 1515, o rei ter praticamente desistido da Batalha a favor do mosteiro jerónimo (ainda que salvaguardando, mais uma vez em testamento, a conclusão do panteão fundado por D. Duarte), concorreu para que a crítica arquitectónica tivesse praticamente ignorado a intervenção deste artista como o resultado de um programa de grande fôlego, aliás, o mais importante da encomenda régia portuguesa, executado ao longo de duas décadas, antes justamente do de Belém.

Aquilo que o edifício inacabado do panteão revela é suficiente para se fazer uma ideia razoável do modo como o arquitecto pretendia concluí-lo. E a verdade é que alterou substancialmente o projecto preexistente de Huguet, introduzindo soluções técnicas e plásticas completamente desconhecidas até então em Portugal, que nos permitirão melhor ajuizar sobre a sua cultura artística.

O uso de tecnologia inovadora na construção de abóbadas, oportunamente examinada, num lugar tão importante para a afirmação da identidade do monarca, isto é, o panteão fundado por seu avô, a quem D. Manuel dedica o majestoso portal, aparece associado a um entendimento renovado dos volumes arquitectónicos e da sua plástica. Além do portal, será na torre lanterna inacabada que se fará sentir a força do projecto de Mateus Fernandes, que inaugura a retórica militar em edifícios religiosos como bem mostra o caminho de ronda, por assim dizer escavado na espessura de contrafortes em cujo lugar, no projecto de Huguet, estariam simples arcobotantes. É também nesta parte do edifício que

encontramos os sinais de como Mateus Fernandes tinha projectado cobrir o octógono central: arranques duplos em cada ângulo interno mostram que o sistema seria idêntico ao que foi utilizado nas capelas radiantes com número par.

Este tipo de solução surge, pela primeira vez, na Península Ibérica, na Capela do Condestável da Catedral de Burgos, construída sob a direcção de Simão de Colónia, ente 1484 e 1494. É, portanto, possível fazer uma ideia de como seria o espaço interior do panteão de D. Duarte, caso tivesse sido concluído. Tendo em conta este facto e a precedência das manifestações do chamado gótico isabelino em relação ao manuelino, é legítimo pensar que, nos dez anos em que esteve ausente da Batalha, entre 1480 e 1490, por ter sido dispensado das respectivas funções por D. João II, Mateus Fernandes pode ter ampliado a sua formação no estaleiro burgalês.

Talvez Burgos não tenha sido a única estância de Mateus Fernandes na vizinha Castela, pois a gramática decorativa de que faz uso, ainda que original na sua formulação última, tem antecedentes significativos em edifícios do tempo dos Reis Católicos, em particular no mosteiro franciscano de San Juan de los Reyes, fundado em 1477, com a finalidade de vir a ser utilizado como panteão real. Com esta fundação comemorava-se duplamente a vitória, aliás pouco clara, na batalha de Toro e o nascimento do príncipe herdeiro. A arte do arquitecto bretão Juan Guas e do escultor e arquitecto bruxelense Egas Coeman em San Juan de los Reyes surge no seguimento de uma geração mais antiga de arquitectos tardogóticos, entre os quais avulta Hanequin de Bruxelas, de quem atrás falámos. Estas circunstâncias bastante divulgadas justificam o aparecimento, em várias partes da Península, incluindo Portugal, de soluções arquitectónicas e escultóricas que têm origem na Europa central e do norte, adquirindo características regionais através da permanência de jovens artistas franceses, flamengos e alemães nos grandes estaleiros ibéricos. O mesmo fenómeno é comum à pintura retabular e ao vitral.

Uma das novidades mais salientes da arquitectura-escultura de San Juan de los Reyes é a introdu-

ção de vocábulos ditos mudéjares na decoração. Esta contaminação é ainda bem visível em pormenores importantes, quase diríamos citações eruditas, no portal das Capelas Imperfeitas de Mateus Fernandes, como por exemplo os arquiños da base dos colonelos, ou na repetição obsessiva da segunda parte da divisa de D. Duarte – *tan yaserei* –, à maneira de placas de estuque moldado, modalidade decorativa que, aliás, na mesma época, estava a ser aplicada na renovação manuelina da Charola de Tomar.

O caso da Batalha ilustra, primeiramente, no ideário virtuoso de D. João I, D. Filipa e D. Duarte, e, depois, no de matriz imperial, messiânica e militar de D. Manuel, eloquentes modos de legitimação do poder régio e de propaganda, que se souberam servir das mais actualizadas soluções arquitectónicas e plásticas colocadas à sua disposição. Do ponto de vista propriamente artístico, mostra com toda a clareza que a circulação de mestres altamente qualificados entre grandes estaleiros continua a ser chave para o entendimento da inovação e das particularidades que o gótico tardio assume nos vários reinos ibéricos.

## BIBLIOGRAFIA

BARKER, Jessica (2005) – *Monuments and marriage in late medieval England: origins, function and reception of double tombs*. London: Courtauld Institute of Art. Tese de doutoramento.

BARREIRA, Catarina Fernandes (2014) – O Mosteiro de Santa Maria da Vitória e a vocação moralizante das gárgulas do panteão Duartino. In *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 185-210.


CHICÓ, Mário T. (2005) – *A arquitectura gótica em Portugal*. 4.ª ed.. Lisboa: Livros Horizonte.

CORREIA, Vergílio (1929) – *Batalha: estudo historico-artistico-arqueologico do Mosteiro da Batalha*. Porto: Litografia Nacional.

FARRÉ TORRAS, Begoña (2014) – *Brotherly love and filial obedience: the commemorative programme of the Avis Princes at Santa Maria da Vitória, Batalha*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de mestrado.

– Four Princes, one monument, one perfect King: the fifteenth-

- century pantheon of an idealized royal family in the monastery of Santa Maria da Vitória, Portugal. *Portuguese studies review*, 22 (1) (2014a), p. 77-96.
- GOMES, Saul António (1991) – “Ética e poder em torno do Mosteiro da Batalha (o século XV – materiais para o seu estudo). In *Actas do III encontro sobre história dominicana*. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português, t. 1, p. 95-188.
- *Fontes históricas e artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha*. 4 vols.. Lisboa: Instituto Português do património Arquitectónico, 2002/2004.
- O Mosteiro da Batalha e os seus túmulos e capelas particulares. In *A Capela dos Sosas no Mosteiro da Batalha*. Batalha: Câmara Municipal da Batalha, 2012, p. 11-25.
- GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel (2008) – O primeiro epitáfio latino de D. Filipa de Lencastre no Mosteiro da Batalha. *Leiria-Fátima. Órgão oficial da Diocese*, 46 (Jul./Dez. 2008), p. 177-192.
- GOMES, Saul António; REDOL, Pedro (2015) – A Capela do Fundador. In *Lugares de oração no Mosteiro da Batalha*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, p. 79-83.
- GOTTSCHELICH, Ralf (2012) – *Das Kloster Santa Maria da Vitória in Batalha und seine Stellung in der iberischen Sakralarchitektur des Mittelalters*. Hildesheim/Zürich/New York: Olms Verlag, 2012.
- GUILLOUËT, Jean-Marie (2011) – *Le portail de Santa Maria da Vitória de Batalha et l’art européen de son temps. Circulations des artistes et des formes dans l’Europe gothique / O portal de Santa Maria da Vitória da Batalha e a arte europeia do seu tempo*. Leiria: Textiverso.
- HARTOG, Elisabeth den (2014) – 1,2,3,6: early gothic architecture and perfect numbers. In *Architectural histories*, 2 (1): 17. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5334/ah.bu> [acedido em 30.09.2016].
- HESS, Daniel (2000) – In search of Luís Alemão: stained glass in Germany from 1400 till 1460 and the fragments in Batalha. In *O vitral: história, conservação e restauro*. Lisboa: Instituto Português do património Arquitectónico, p. 44-53.
- IBAÑEZ FERNÁNDEZ, Javier (2014) – The northern roots of late gothic renovation in the Iberia Peninsula. In *Architects without borders: migration of architects and architectural ideas in Europe (1400-1700)*. Mantova: Il Rio, p. 14-27.
- LAMEIRA, Francisco; LOUREIRO, José João; JORGE, Virgolino Ferreira (2017) – *Retábulos na Diocese de Leiria-Fátima*. S.l.: Departamento de Artes e Humanidades da Universidade do Algarve.
- MATIAS, Manuel; BARRACA, Nuno; ALMEIDA, Fernando (2017) – *Integrated high-resolution geophysical investigation of a monastery*. Beau Bassin: Lambert Academic Publishing.
- MURPHY, James (1795) – *Plans, elevations, sections and views of the church of Batalha*. London.
- PEREDA, Felipe (2005) – Entre Portugal y Castilla: la secuencia formal de las capillas ochavadas de cabecera en el siglo XV. In *Demeures d’éternité: églises et chapelles funéraires au XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles*. Paris: Picard, p. 49-64.
- S. LUÍS, Fr. Francisco de (1827) – Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria chamado vulgarmente da Batalha. In *Memorias da Academia Real das Ciências*. Lisboa: Academia Real das Ciências. T. X, p. 1-71.
- SENOS, Nuno (2001) – João de Castilho e Miguel de Arruda no Mosteiro da Batalha. *Murphy. Revista de história e teoria da arquitectura*, 2, p. 10-45.
- SILVA, José Custódio Vieira da (1997) – *O fascínio do fim: viagens pelo final da Idade Média*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 45-59.
- SILVA, José Custódio Vieira da; REDOL, Pedro (2007) – *Mosteiro da Batalha*. London: Scala Publishers.
- SILVA, Ricardo (2006) – A abóbada da capela-mor da igreja de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha. Construção e filiação. *Artis*, 5, p. 105-124.
- A obra tardo-gótica do Mestre Mateus Fernandes nos finais do século XV e os primeiros anos do século XVI. S.d.. Disponível em: [www.convergencias.esart.ipcb.pt/artigo/86](http://www.convergencias.esart.ipcb.pt/artigo/86) [acedido em 24.10.2014].
- SOUSA, Fr. Luís de (1977) – *História de S. Domingos*. Lisboa, 1623. Nova edição de M. Lopes de Almeida, 2 vols.. Porto: Lello e Irmão Editores.
- THOMPSON, Charles Thurston (1868) – *The Sculptural Ornament of Batalha in Portugal. Twenty Photographs with a Descriptive Account of the Building*. London.
- VILLAMARIZ, Catarina Paula Oliveira de Matos Madureira (2012) – *A arquitectura religiosa gótica em Portugal no século XIV: o tempo dos experimentalismos*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.



ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES  
1863–2019

[www.arqueologos.pt](http://www.arqueologos.pt)